

ATA NÚMERO 164/XII (3.ª)

Aos nove dias do mês de abril de 2014, pelas 11 horas e 5 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 3, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1 — Audição do Presidente da APR, Associação Portuguesa de Radiodifusão, José Faustino, no âmbito da discussão na especialidade das propostas de lei n.ºs 194, 195 e 196/XII (3.ª).

2 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

3 — Distribuição do relatório sobre o acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia 2013:

Relator (a): Deputado(a) (PSD);

4 — Deliberação sobre o acompanhamento da iniciativa europeia remetida pela Comissão dos Assuntos Europeus: Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - A política e a governação da Internet: O papel da Europa na configuração da governação da Internet no futuro - COM(2014) 72:

Relator (a): Deputado(a) (PS);

—

Pelo facto de o Senhor Presidente, Deputado Mendes Bota, se encontrar ausente em trabalho parlamentar, a presente reunião foi presidida pelo Senhor Vice-Presidente, Deputado Jacinto Serrão.

Dando início à audição, o Senhor Presidente em exercício da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação deu as boas-vindas aos membros da Associação Portuguesa de Radiodifusão, José Faustino e Sandra Reis, e explicou a metodologia dos trabalhos.

O Presidente da Associação Portuguesa de Radiodifusão iniciou a sua intervenção inicial debruçando-se sobre as alterações propostas aos três diplomas relativos ao serviço público de rádio e de televisão. Disse que, no que respeitava à alteração da Lei da Rádio, a Associação Portuguesa de Radiodifusão apenas sugeria que, por uma questão de coerência do diploma, a redação do n.º 1 do artigo 27.º fosse alterada para que o prazo de concessão do serviço público passasse de 15 para 16 anos; que, pela mesma ordem de razões, a redação do artigo 22.º da Lei da Televisão também deveria ser alterada, no sentido de se prever um prazo de 16 anos para as concessões aos privados; que não tinha grandes objeções a levantar em relação à proposta de lei referente aos estatutos da RTP, embora a APR propusesse que fosse eliminada a expressão «de outros serviços de *media*» constante dos n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º, já que o que existe é imprensa, rádio e televisão e não novos *media*.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Ana Oliveira (PSD), Inês de Medeiros (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Carla Cruz (PCP).

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) debruçou-se sobre o risco de fusão da rádio e da televisão; a quebra de autonomia da rádio; o risco real de esvaziamento das redações; a salvaguarda das condições de autonomia e independência da rádio; a alteração do prazo de concessão previsto na Lei da Rádio; o novo modelo de governança da RTP e o Conselho Geral Independente (CGI) como garante da desgovernamentalização; a rede de relações entre os vários órgãos; o despedimento coletivo, o futuro dos trabalhadores da RTP e a possibilidade de o mesmo puder pôr em causa a qualidade, a autonomia e a independência do serviço público.

A Senhora Deputada Ana Oliveira (PSD) referiu-se ao novo modelo de financiamento e à sua maior transparência; à RTP como regulador da qualidade do audiovisual; às medidas de transparência, proximidade e independência; ao novo modelo de governo; ao CGI e aos critérios de nomeação dos seus membros.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) começou por perguntar qual a avaliação que o Presidente da APR fazia acerca da necessidade de revisão do contrato de concessão do serviço público de radiodifusão sonora, que datava de 1999, e do cumprimento dos seus objetivos; de seguida, referiu-se à diminuição daquilo que devia ser a missão do serviço público de rádio; ao desmantelamento da onda curta; ao esvaziamento, perda de autonomia e de identidade da rádio,

em favor da televisão; ao desafio da rádio digital e às novas plataformas digitais; à fusão editorial entre a rádio e a televisão; ao CGI e à fiscalização parlamentar.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) debruçou-se sobre o CGI, a independência, transparência e desgovernamentalização do serviço público de rádio e televisão; o controlo e a monitorização parlamentar; o financiamento do serviço público, o fim da indemnização compensatória e a CAV; a fusão das redações da rádio e da televisão, sem perda de qualidade; o panorama da rádio em termos de serviço público; e o serviço público prestado pelos privados.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) referiu-se à prestação do serviço público de rádio e televisão e às obrigações daí inerentes, como a divulgação da língua e cultura portuguesas, o acesso à informação e entretenimento, a cobertura territorial e o serviço de proximidade; ao fim da indemnização compensatória e à nova forma de financiamento da empresa; ao encerramento da onda curta; à fusão das redações da rádio e da televisão; ao despedimento coletivo e à precarização das relações laborais; e à internacionalização de serviços.

O Senhor Presidente da Associação Portuguesa de Radiodifusão começou por referir que era impossível pensar na rádio sem a televisão, que estes dois meios de comunicação social tinham de ser pensados em conjunto; que devia ficar consagrada à rádio uma percentagem das verbas de que o serviço público venha a beneficiar; que a criação do CGI era um esforço louvável do Governo mas que, no futuro, poderiam surgir alguns problemas resultantes da intervenção e da ação do Conselho de Administração, órgão que ficará sujeito ao plano estratégico definido pelo CGI e às orientações financeiras emanadas do acionista, mas que esse era um risco que valia a pena correr.

Mais adiantou que a nomeação para o CGI de duas pessoas pelo Conselho de Opinião e de outras duas pelo Governo, que cooptarão outras duas, lhe parecia um modelo de governo melhor do que o atual e que poderia ser uma experiência positiva; que os despedimentos eram trágicos mas inevitáveis; que a RTP tinha de ser reestruturada em função do seu financiamento e que, em relação à transparência e independência da empresa, a regulação só devia existir quando fosse necessário; que o contrato de concessão do serviço público da rádio estava a ser cumprido; que também se podia encontrar prestação de serviço público por parte dos operadores privados, o que levava a que muitas vezes não se notasse a diferença entre o verdadeiro serviço público e aquele que é serviço público sem o ser; que o encerramento do serviço de onda curta foi positivo, porque a sua existência já não fazia sentido e era muito cara; que a fusão das redações da televisão e da

rádio era algo que ia acontecer naturalmente; e que só muito dificilmente o serviço público de radiotelevisão poderia ter um serviço de proximidade.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Carla Cruz (PCP), tendo o Senhor Presidente da Associação Portuguesa de Radiodifusão respondido no final em bloco às questões colocadas.

A reunião foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição terminou às 12 horas e 45 minutos, após o que se deu início à reunião ordinária da Comissão.

No ponto dois da Ordem do Dia foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

Entrando no terceiro ponto da Ordem do Dia, o Grupo Parlamentar do PSD informou a Comissão que a Senhora Deputada Maria da Conceição Caldeira seria a relatora do relatório sobre o acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia 2013.

Por último, o Deputado Pedro Delgado Alves (PS) disse que oportunamente o Grupo Parlamentar do PS indicaria o relator da COM(2014) 72.

Nada mais havendo a tratar, a reunião terminou às 12 horas e 55 minutos.

Palácio de São Bento, 9 de Abril de 2014

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO

(JACINTO SERRÃO)



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa

Ana Oliveira

André Pardal

Carla Cruz
Cecília Honório
Hermínia Azenha
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
João Portugal
Paulo Almeida
Pedro Delgado Alves
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira
Sérgio Azevedo
João Figueiredo
João Lobo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
Lídia Bulcão

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Monteiro de Aguiar
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Mónica Ferro

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 16/07/2014.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação
